

OS IMPACTOS DO NEOLIBERALISMO NA SOBERANIA ALIMENTAR BRASILEIRA: OLIGOPÓLIOS, COMMODITIES E O REBAIXAMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (1990–2024)

Douglas Emanuel Costa¹
Douglas Roberto Guimarães Silva²

1. Discente do Curso de Nutrição da Afya Centro Universitário de São João del Rei.
 2. Docente do Curso de Nutrição da Afya Centro Universitário de São João del Rei.
- Email para contato: colocar seu email

Resumo: Este artigo realiza uma revisão narrativa-crítica (1990–2024) sobre os impactos do neoliberalismo na soberania alimentar brasileira. A análise percorre quatro eixos conectados: (i) concentração e poder de mercado ao longo das cadeias de insumos, processamento e varejo; (ii) comoditização e financeirização da produção, com efeitos sobre terra, crédito, preços e orientação às exportações; (iii) rebaixamento da agricultura familiar — responsável por parte central do abastecimento interno — e seus limites de infraestrutura, logística e acesso a mercados; e (iv) reconfiguração do ambiente alimentar com maior presença de ultraprocessados e implicações para a saúde pública. A busca contemplou bases científicas e literatura institucional (CONSEA/SISAN, PNAN, IDEC, VIGISAN/IBGE), com triagem em duas etapas e extração padronizada. Os achados indicam que a lógica pró-mercado tende a reduzir diversidade produtiva, encurtar a autonomia dos territórios e ampliar assimetrias de acesso. Em contrapartida, políticas como PAA e PNAE, articuladas a uma governança intersetorial (SISAN/LOSAN; PNAN), funcionam como indutores de circuitos curtos, previsibilidade de escoamento e maior oferta de alimentos frescos, apontando caminhos concretos para fortalecer a soberania alimentar no país.

Palavras-chave: Soberania alimentar; Neoliberalismo; Oligopólios; Commodities; Agricultura familiar; Ultraprocessados.

1 INTRODUÇÃO

O avanço do neoliberalismo tem moldado profundamente o que chega ao prato da população brasileira, influenciando desde a produção até o consumo de alimentos e comprometendo a soberania alimentar do país. Em um contexto em que o direito humano à alimentação adequada deveria ser garantido a todos, observa-se o predomínio de um sistema que privilegia produtos ultraprocessados e práticas agrícolas voltadas à exportação de commodities, em detrimento da diversidade e da qualidade nutricional dos alimentos. Defender um modelo que valorize alimentos in natura e minimamente processados, com variedade de cores, sabores e nutrientes, a preços acessíveis — sobretudo para as famílias trabalhadoras — torna-se, portanto, uma questão de justiça social. A força dos oligopólios nas cadeias de insumos, processamento e varejo, somada à desvalorização da agricultura familiar, demonstra que as escolhas alimentares individuais são fortemente condicionadas por estruturas econômicas e políticas de produção, distribuição e regulação. Nesse cenário, é fundamental

retomar o princípio de segurança alimentar e nutricional definido pela Lei nº 11.346/2006 — Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) — que assegura “o direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais” (BRASIL, 2006).

Parte-se de uma pergunta direta: é possível alimentar toda a população? No Brasil, a trajetória recente ajuda a enquadrar o dilema: o país voltou ao Mapa da Fome durante a pandemia, e, pela métrica da FAO (subalimentação média abaixo de 2,5% no triênio), saiu novamente do Mapa no período 2022–2024 — melhora relevante, mas que não apaga a oscilação dos últimos anos (FAO, 2025). Em paralelo, os inquéritos domiciliares mostraram o tamanho da crise: em 2022, a Rede PENSSAN estimou 33,1 milhões de pessoas em fome e 58,7% dos brasileiros com algum grau de insegurança alimentar (EBIA) — um choque social que dialoga com renda, trabalho e políticas (REDE PENSSAN, 2022). Para 2023, a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), que é um termo que se refere a uma série de levantamentos estatísticos realizados pelo IBGE para coletar informações socioeconômicas sobre a população brasileira registrou avanço: 72,4% dos domicílios em segurança alimentar e 4,1% em insegurança grave, ainda com desigualdades regionais marcantes (IBGE, 2024). Nesse quadro, a pergunta “por que ainda existe fome?” muda de chave: não se trata apenas de produzir, mas de garantir acesso e distribuição em sistemas sujeitos a preços, poder de mercado e regras do comércio. A literatura de referência lembra que o mundo alcançou ganhos expressivos de produção desde a Revolução Verde — o que reforça que a fome é, sobretudo, um problema político e distributivo, não meramente agrônomo (GODFRAY et al., 2010). E, ao olhar para as regras do comércio, revisões recentes indicam efeitos ambíguos sobre a segurança alimentar: tudo depende de condições iniciais, salvaguardas e horizonte temporal — lição que conversa com a realidade brasileira (MACHADO et al., 2023).

Neste terceiro movimento, parte-se da ideia de que as reformas pró-mercado — liberalização, desregulação e austeridade — empurraram o sistema alimentar para maior concentração nas cadeias (insumos, processamento e varejo), comoditização da produção e aperto sobre a agricultura familiar, com reflexos sobre acesso, diversidade e autonomia alimentar no Brasil (IDEC, revisão de literatura). Como contrapeso, políticas de compras e abastecimento (PAA - Programa de Aquisição de Alimentos/PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar) tendem a atenuar parte desses efeitos ao criar mercados estáveis e diversificar a produção familiar, conectando nutrição pública e desenvolvimento rural (WITTMAN; BLESCH, 2017). O objetivo geral foi analisar, por revisão de literatura (1990–2024), como essas transformações econômicas se relacionam com a soberania alimentar. A

literatura sobre liberalização comercial reforça que os efeitos na segurança alimentar são ambíguos e dependem de condições iniciais, salvaguardas e horizonte temporal — quadro que dialoga com a experiência brasileira (MACHADO et al., 2023). Esse debate se ancora na institucionalidade construída no país (SISAN/LOSAN, PNAN), que integra políticas, participação social e monitoramento para sustentar o direito humano à alimentação adequada (BRASIL, 2009; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013).

2 MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão de literatura de caráter narrativo-crítico, com recorte temporal de 1990 a 2024, orientada pela pergunta: como reformas neoliberais (abertura comercial, desregulação e austeridade) impactam a soberania alimentar no Brasil, com ênfase em oligopólios, comoditização e rebaixamento da agricultura familiar.

A busca contemplou bases SciELO, Portal de Periódicos CAPES, Scopus, Web of Science e Google Scholar, além de literatura cinzenta (relatórios e documentos institucionais) diretamente relacionados ao tema — em especial publicações do CONSEA/SISAN, relatórios nacionais e revisões setoriais (CONSEA, 2009/2010; IDEC, 2021).

Usaram-se descritores bilíngues combinados por operadores booleanos (AND/OR), por exemplo: “soberania alimentar” AND (oligopólios OR concentração); agricultura familiar AND (commodities OR comoditização); food sovereignty AND Brazil AND (retail concentration OR ultraprocessed foods); trade liberalization AND food security. A inclusão de termos derivados de revisões prévias ajudou a capturar diferentes dimensões do sistema alimentar (IDEC, 2021; MACHADO et al., 2023).

Foram considerados: (i) artigos científicos, capítulos e relatórios com foco no Brasil ou análises comparadas que incluíssem o caso brasileiro; (ii) estudos que abordassem soberania/segurança alimentar, estrutura de mercado (oligopólios, varejo, processamento), commodities/financeirização e/ou agricultura familiar, ambiente alimentar e políticas públicas (PNAE, PAA, SISAN/LOSAN); (iii) publicações de 1990–2024; (iv) textos em português e inglês; (v) revisões de escopo/sistemáticas relevantes para enquadramento metodológico (IDEC, 2021; MACHADO et al., 2023). Excluíram-se: (i) estudos sem aderência temática ao nexo neoliberalismo–soberania alimentar; (ii) duplicatas; (iii) análises opinativas sem lastro metodológico; (iv) séries históricas sem documentação de método/fonte; (v) textos cujo foco fosse exclusivamente clínico/nutricional sem conexão com estrutura de mercado ou políticas.

A seleção ocorreu em duas etapas: (1) leitura de títulos e resumos para verificação de aderência; (2) leitura integral dos textos elegíveis, com checagem cruzada de referências para identificar fontes adicionais relevantes (IDEC, 2021).

As informações foram sistematizadas em planilha de extração (autor/ano; objetivo; desenho/método; recorte; achados principais; dimensão analítica — negócios, abastecimento/demanda, ecológica, saúde, governança; implicações para soberania/segurança alimentar; notas para discussão). Esse enquadramento deriva das cinco dimensões de sistemas alimentares usadas pela revisão do IDEC e adotadas aqui como eixo de síntese (IDEC, 2021).

Para revisões e artigos empíricos, observaram-se: clareza da pergunta, transparência de método de busca/seleção, definição de indicadores e limitações; para relatórios institucionais (p.ex., CONSEA/SISAN), considerou-se a transparência de dados, lastro em fontes oficiais e coerência com o marco legal LOSAN/PNAN (CONSEA, 2009/2010).

Optou-se por síntese narrativa com comparação temática e triangulação entre tipos de evidência: (i) revisões e artigos que tratam de liberalização e segurança alimentar (MACHADO et al., 2023); (ii) estudos de compras públicas e mercados mediados (PAA/PNAE) e seus efeitos sobre diversificação, estabilidade e autonomia (WITTMAN; BLESH, 2017); (iii) diagnósticos e marcos institucionais de SAN/SISAN para situar governança e orçamento (CONSEA, 2009/2010); (iv) revisões multidimensionais do sistema alimentar brasileiro para integrar negócios–saúde–governança (IDEC, 2021).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO.

3.1 Soberania Alimentar x Segurança alimentar

3.1

No debate brasileiro, segurança alimentar e soberania alimentar muitas vezes aparecem como sinônimos, mas não são — e a confusão atrapalha o rumo das políticas. Pela LOSAN, segurança alimentar e nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, com base em práticas social, econômica, cultural e ambientalmente sustentáveis; trata-se de um objetivo de política pública vinculado ao SISAN (Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) e ao dever estatal (BRASIL, 2006; BRASIL, 2013). Já a soberania alimentar aponta para o direito dos povos de definir suas próprias políticas de produção, distribuição e consumo, valorizando a agricultura familiar, a diversidade cultural e a proximidade entre quem produz e quem consome (MENDES; GONÇALVES, 2023; CONSEA, 2010).

Na prática, documentos oficiais no Brasil aproximam os dois termos — a 5ª CNSAN (Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional), por exemplo, fala em promover soberania alimentar garantindo os direitos humano à alimentação adequada (CONSEA, 2023) —, mas a literatura mostra que, entre 1994 e 2015, as conferências frequentemente inverteram a hierarquia conceitual: trataram segurança como guarda-chuva e soberania como um item dentro dele, o que diverge do sentido original proposto pelos movimentos sociais (MENDES; GONÇALVES, 2023).

Em resumo: segurança alimentar, no Brasil, diz respeito à efetivação do direito de acesso; soberania alimentar orienta quem decide e com quais regras; quando se confundem, o debate desliza para quantidade e acesso imediato, e se perde o eixo de poder, produção e governança (BRASIL, 2006; BRASIL, 2013).

3.2 Neoliberalismo e mercantilização dos alimentos

As primeiras formulações que alimentam o neoliberalismo surgem como resposta a uma crise do liberalismo do pós-guerra: em vez de “menos Estado”, defende-se um outro modo de governar, no qual o mercado vira princípio e critério de governo — governa-se para o mercado; ele é o filtro de avaliação das políticas e a moldura institucional deve produzir concorrência (CASTELUBER; SILVA, 2023).

Nessa hipótese de funcionamento, o livre-comércio é chave: desde os fisiocratas, a abertura é apresentada como antídoto à escassez, conformando um mercado mundial e uma divisão internacional do trabalho que empurrou colônias à produção de alimentos baratos e metrópoles à manufatura — um marco histórico da mercantilização dos alimentos (FOUCAULT, 2008; CASTELUBER; SILVA, 2023).

A partir dos anos 1980, esse arranjo se adensa na ascensão de uma ordem financeira que se torna hegemônica no sistema alimentar — ao lado de dimensões cívicas e estéticas —, reorganizando quem decide o que plantar, processar e vender (NIEDERLE; WESZ JR., 2018). No Brasil, a financeirização empurra a produção para commodities, amplia contratos futuros, reforça o poder do grande varejo e esvazia formas públicas de abastecimento, deslocando o foco da “comida” para mercadorias padronizadas e voláteis (SILVA FILHO, 2020; NIEDERLE; WESZ JR., 2018).

Quando um bem essencial à vida passa a operar segundo essa lógica, o acesso a alimentos de qualidade — diversos, culturalmente adequados e saudáveis — fica mais dependente de preço, crédito e poder de mercado do que de necessidades sociais, algo que a

própria agenda de SAN no país alerta ao recusar reduzir política pública a “ração balanceada” (BRASIL, 2006).

A mercantilização dos alimentos, no Brasil, aparece quando a lógica do preço e do contrato ganha prioridade sobre a função social da comida — quem come, come se puder pagar — e isso é o total oposto do que se trata a soberania alimentar. O resultado concreto é um sistema puxado por exportações e por um varejo altamente concentrado: 92,9% do varejo alimentar está nas mãos de supermercados e, do faturamento do setor (2018), 41,7% ficou com três grupos (Carrefour, GPA e Walmart/Big), o que dá poder para ditar preço, padrão e acesso (BELIK, 2020); ao mesmo tempo, a orientação às commodities e ao mercado externo pode encurtar a oferta interna e pressionar preços, com produtores preferindo vender fora porque remunera melhor (BELIK, 2020).

Esse desenho convive com uma base produtiva decisiva para o abastecimento local: a agricultura familiar é 77% dos estabelecimentos e responde pela maior parte do trabalho no campo (67%), mas ocupa só 23% da área de cultivo — mesmo sendo central em hortaliças (60,1% do VBP), em mandioca (70%) e em cadeias como caprinos (78%) e ovinos (73%) (CENSO AGRO, 2019; IDEC, 2021). Na prática, a financeirização e a integração com redes transnacionais empurram a produção para contratos futuros, padronização e grande varejo, ampliando a oferta de industrializados e esvaziando formas públicas de abastecimento, o que torna o acesso a “comida de verdade” mais dependente de renda e poder de mercado do que de necessidade social (SILVA FILHO, 2020).

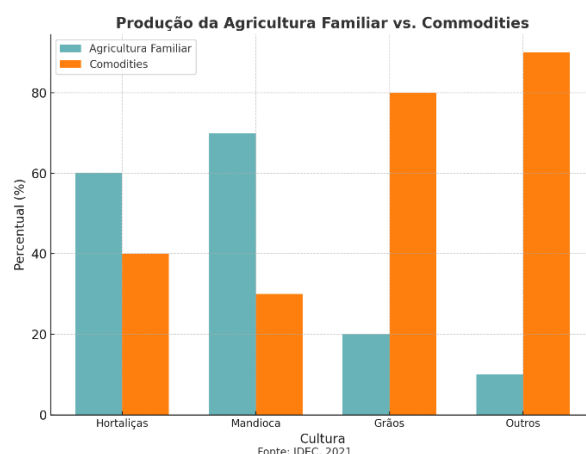


Tabela 1: Comparação entre a produção da agricultura familiar e das commodities no Brasil.
Fonte: Elaboração própria a partir de IDEC (2021).

Há, porém, caminhos que reequilibram a balança: compras públicas como PAA/PNAE diversificam a produção e criam demanda estável — em assentamentos estudados, agricultores vinculados a esses programas venderam, em média, 75,6% da produção em mercados mediados

e ofertaram 14 culturas ao ano, contra 3,7 dos vizinhos fora dos programas (WITTMAN; BLESCH, 2017). Em termos de soberania, quando o alimento vira só mercadoria, decisões estratégicas saem do território e a autonomia de quem produz e de quem come encolhe; políticas que aproximam produção e consumo e fortalecem o circuito público-local devolvem parte desse poder (ABRANDH, 2013; BRASIL, 2006).

3.3 Impactos da comoditização na agricultura familiar e soberania alimentar brasileira

A mercantilização dos alimentos no Brasil tem gerado um impacto significativo sobre a agricultura familiar, especialmente no que diz respeito ao acesso a crédito, uso da terra, e à capacidade de processamento e distribuição dos alimentos. A agricultura familiar, embora seja responsável por 77% das propriedades rurais no Brasil, ocupa apenas 23% da área total de cultivo, uma discrepância que reflete o foco da produção nas grandes propriedades destinadas às commodities, como soja, milho e café, com pouca orientação para o abastecimento interno e a diversidade alimentar (CENSO AGRO, 2017).

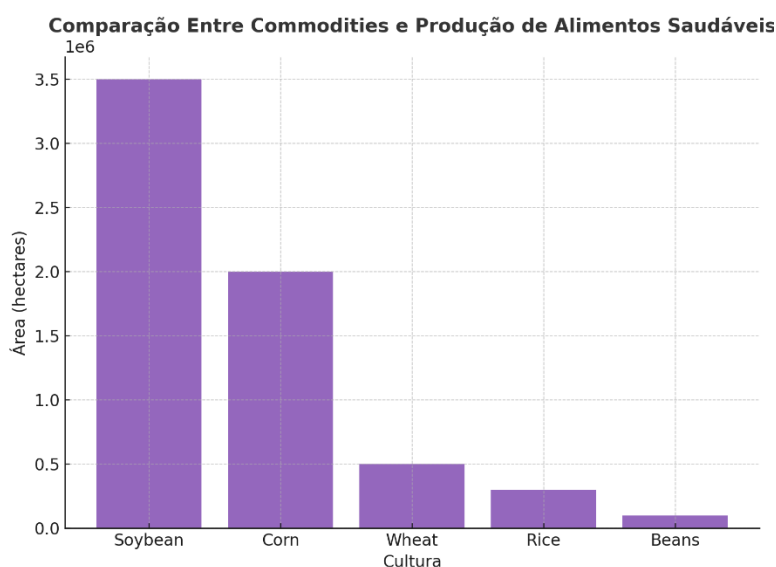


Tabela 2: Comparação entre a área de produção de commodities e alimentos saudáveis no Brasil.

Fonte: Elaboração própria a partir de IDEC (2021).

Em relação ao crédito, a agricultura familiar ainda depende majoritariamente de linhas de financiamento como o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que oferece taxas de juros subsidiadas, mas a disponibilidade de crédito para esse setor é bem menor comparado ao agronegócio. Em 2020, o crédito destinado à agricultura familiar foi de R\$ 33 bilhões, enquanto o agronegócio recebeu cerca de R\$ 200 bilhões, o que

ilustra uma clara desproporção no financiamento de ambos os setores (IDEC, 2021). Esse descompasso no financiamento impacta diretamente a capacidade da agricultura familiar de competir com a grande produção de commodities, uma vez que não há o mesmo acesso a recursos e tecnologias que permitem a essas grandes propriedades se expandirem e se modernizarem.

Além disso, a agricultura familiar, que representa 70% da produção de alimentos destinados ao mercado interno (CENSO AGRO, 2017), enfrenta dificuldades na distribuição de alimentos devido à falta de infraestrutura adequada e à ausência de apoio governamental robusto para a comercialização. O grande varejo e as cadeias de processamento dominadas por grandes empresas, como Carrefour, GPA e Walmart, têm enorme poder sobre o que é produzido, como é produzido e como os alimentos são distribuídos. Essas cadeias preferem a commoditização da produção, focando em produtos padronizados e com grande capacidade de exportação, o que desvaloriza a produção da agricultura familiar, que, por sua vez, tende a ser mais diversificada e voltada para o mercado interno (IDEC, 2021).

O sistema tributário também agrava essa desigualdade. Apesar de existirem incentivos fiscais para a agricultura familiar, o processo de formalização e acesso a benefícios fiscais é complexo e difícil, especialmente para pequenos agricultores. Segundo o IDEC, a carga tributária sobre produtos agrícolas, incluindo os destinados ao consumo interno, é elevada, e a isenção fiscal para pequenos produtores não é suficiente para garantir a competitividade frente ao agronegócio, que se beneficia de isenções fiscais mais amplas (IDEC, 2021).

A produção de commodities está associada a impactos ambientais significativos, como o desmatamento e o uso intenso de agrotóxicos, o que torna a produção insustentável a longo prazo. O modelo de agroecologia defendido pela agricultura familiar, por outro lado, adota práticas mais sustentáveis que não apenas respeitam o meio ambiente, mas também promovem dietas mais saudáveis, priorizando alimentos frescos e não industrializados. A mercantilização das commodities contribui para o aumento da oferta de produtos ultraprocessados, que, apesar de serem mais baratos e amplamente disponíveis, são prejudiciais à saúde pública e contribuem para o aumento de doenças como obesidade e diabetes (CAINELLI et al., 2021).

Essa concentração de recursos e infraestrutura no agronegócio, aliada às limitações enfrentadas pela agricultura familiar, resulta em uma desigualdade no acesso a alimentos de qualidade. Enquanto o agronegócio prioriza a produção para exportação e a maximização do lucro, a agricultura familiar busca atender às necessidades alimentares locais e promover a segurança alimentar. A falta de apoio adequado à agricultura familiar compromete a diversidade e a sustentabilidade do sistema alimentar brasileiro, afetando diretamente a

soberania alimentar do país. Sem um apoio efetivo, o Brasil se vê refém de um modelo que desconsidera o bem-estar alimentar da população e favorece a concentração de poder no agronegócio, limitando o acesso a alimentos de qualidade para grande parte da população.

3.4 Oligopólios e consumo de ultraprocessados

A concentração de mercado, caracterizada pelos oligopólios no setor agroalimentar, tem sido um dos principais motores da mercantilização da alimentação no Brasil, com efeitos diretos na qualidade da dieta da população. O setor alimentício é dominado por grandes empresas que controlam a produção, processamento e distribuição de alimentos, impondo padrões de produção voltados para a commoditização, onde os alimentos são tratados como mercadorias padronizadas, com longos prazos de validade e foco em produtos industrializados e ultraprocessados (SILVA FILHO, 2020). O impacto dessa lógica sobre a alimentação da população é claro: enquanto alimentos frescos e minimamente processados, como frutas, legumes e grãos, são frequentemente deixados de lado em favor de alimentos ultraprocessados, a saúde pública sofre com as consequências dessa transição alimentar. O aumento do consumo de ultraprocessados tem sido amplamente associado ao crescimento de doenças crônicas não transmissíveis, como obesidade, diabetes tipo 2 e hipertensão, especialmente entre as populações de baixa renda, que têm menor acesso a alimentos frescos e mais nutritivos (CAINELLI et al., 2021).

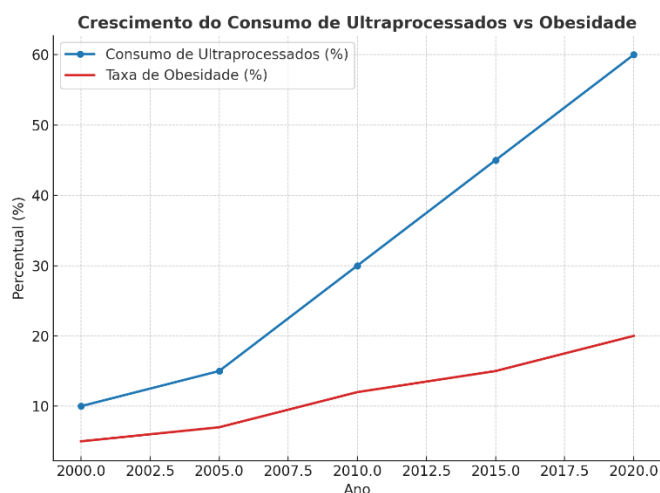


Tabela 3: Evolução do consumo de ultraprocessados e da taxa de obesidade no Brasil.

Fonte: Elaboração própria a partir de Cainelli et al. (2021).

O aumento do consumo de ultraprocessados está diretamente ligado à estrutura de mercado dominada por oligopólios. Produtos como refrigerantes, snacks, alimentos prontos

para consumo e biscoitos representam grande parte do consumo alimentar, particularmente nas camadas de baixa renda, que acabam com menos opções de alimentos saudáveis e mais acessíveis (CAINELLI et al., 2021). A expansão de produtos ultraprocessados não só afeta a saúde, mas também compromete a soberania alimentar do país, pois desloca a prioridade da produção para o mercado externo e para o lucro imediato, em detrimento da produção de alimentos frescos e saudáveis, essenciais para a segurança alimentar (WITTMAN; BLESCH, 2017). Esse modelo favorece um ciclo vicioso de dependência dos consumidores dos produtos industrializados, dificultando o acesso a uma alimentação saudável e gerando um cenário de insegurança alimentar, especialmente entre os grupos mais vulneráveis. A Rede PENSSAN (2022) mostra que a insegurança alimentar no Brasil, aliada ao consumo crescente de ultraprocessados, está diretamente associada ao aumento de doenças como obesidade e diabetes, principalmente em áreas de maior vulnerabilidade, onde o acesso a alimentos frescos e saudáveis é mais restrito.

Ao mesmo tempo, a política pública no Brasil, por meio de programas como PAA e PNAE, tenta reverter essa tendência, conectando produtores familiares a redes de abastecimento local e garantindo a oferta de alimentos frescos nas escolas e outras instituições públicas. No entanto, a eficácia dessas políticas esbarra na mercantilização do sistema alimentar e na forte competição com os grandes grupos empresariais, que dominam as cadeias de distribuição e de processamento alimentar (MENDES; GONÇALVES, 2023).

3.5 POLÍTICAS PÚBLICAS E PROSPECTIVA DA SOBERANIA ALIMENTAR BRASILEIRA

Quando a política de SAN vira sistema — com CONSEA atuante, SISAN em rede e câmara interministerial alinhando agricultura, educação, assistência e saúde — dá para pactuar orçamento, coordenar instrumentos (compra pública, regulação do ambiente alimentar, monitoramento) e aproximar produção, abastecimento e consumo, trazendo a alimentação para o campo dos direitos (CONSEA, 2009/2010).

O PNAE mostra por que a compra pública reorganiza o sistema “pelo consumo social”: é universal, alcançou cerca de 37 milhões de estudantes com R\$ 1,5 bilhão (2005), pauta cardápios com alimentos básicos e regionais e opera com controle social (conselhos, descentralização) — desenho que ajuda a reduzir gargalos de regularidade e qualidade na ponta (SANTOS et al., 2007).

A Lei 11.947/2009 ainda fixa no mínimo 30% dos recursos do PNAE para compras da

agricultura familiar, territorializando o gasto e fortalecendo circuitos curtos; estudos de campo apontam subaproveitamento em muitos municípios por baixa informação e baixo valor por agricultor, indicando onde a política precisa reforço (CONSEA, 2009/2010; SOUZA-ESQUERDO; BERGAMASCO, 2014).

O PAA faz a ponte entre quem produz e quem precisa acessar comida de qualidade: compra sem licitação da agricultura familiar, fomenta estoques públicos, reforça hábitos saudáveis e cria demanda estável nos territórios; entre 2003–2011, ampliou participantes e recursos em nível nacional, embora com cobertura ainda limitada e concentrada, o que aponta para a necessidade de mais capilaridade e logística (CONSEA, 2009/2010; HESPANHOL, 2013).

Com PNAE e PAA como eixo, a compra pública ancora preço e escoamento, favorece diversificação produtiva e aumenta a presença de alimentos frescos em escolas e equipamentos públicos — avaliações participativas registram agricultores vinculados a mercados mediados vendendo, em média, 75,6% da produção nesses circuitos e ofertando 14 culturas ao ano (vs. 3,7 de vizinhos fora das políticas) (WITTMAN; BLESCH, 2017). Essa engrenagem conversa com a base real do país: a agricultura familiar responde por 77% dos estabelecimentos, ocupa 23% da área e é central em hortaliças (60,1% do VBP) e mandioca (70%), cadeias que abastecem diretamente o mercado interno (IDEC, 2021; Censo Agro 2017).

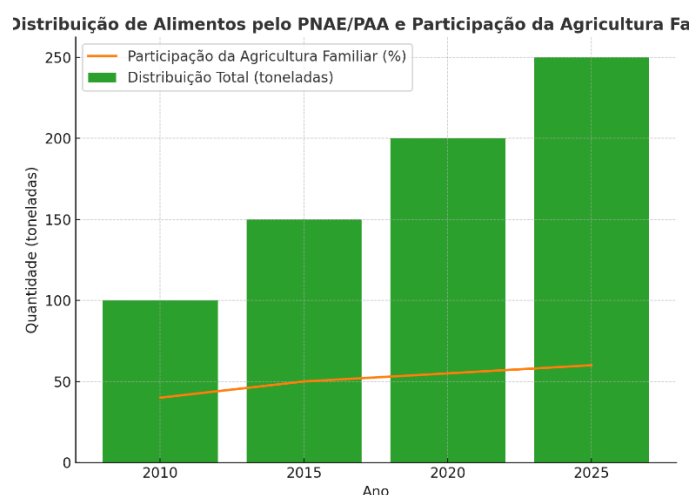


Tabela 4: Distribuição de alimentos pelo PNAE/PAA e participação da agricultura familiar.

Fonte: Elaboração própria a partir de CONSEA (2009/2010), Santos et al. (2007) e Souza-Esquerdo; Bergamasco (2014).

Em resumo: quando a política encurta cadeias, atrela orçamento a critérios de qualidade nutricional e origem familiar/local, e garante participação social e monitoramento contínuo, recoloca quem decide e com que regras no centro — a essência da soberania alimentar

(CONSEA, 2009/2010).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre os impactos do neoliberalismo na soberania alimentar brasileira aponta um cenário complexo. As reformas que incentivaram a liberalização comercial, a desregulação e a austeridade fiscal alteraram a estrutura do sistema alimentar, reduziram a diversidade produtiva e ampliaram desigualdades no acesso aos alimentos. A concentração de poder em grandes empresas de insumos, processamento e varejo dificulta a construção de um sistema mais justo e sustentável, afetando com mais força as populações vulneráveis. A orientação para commodities e a expansão dos ultraprocessados, impulsionadas pela busca por produtos baratos e padronizados, têm repercussões diretas na saúde pública, com avanço de doenças crônicas.

Mesmo diante desses desafios, políticas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar e o Programa de Aquisição de Alimentos mostram resultados positivos. Ao priorizarem compras públicas, aproximam a produção da agricultura familiar do consumo local e ampliam o acesso a alimentos saudáveis, especialmente em escolas e territórios mais vulneráveis. Para que esses avanços ganhem escala, torna-se essencial uma governança intersetorial que articule saúde, educação, agricultura e assistência social.

Ainda assim, persistem limites importantes: falta de recursos, forte concentração de mercado e dependência de modelos produtivos voltados ao comércio global. Para tornar a soberania alimentar uma realidade, é necessário integrar políticas públicas a iniciativas locais e promover práticas alimentares sustentáveis. O fortalecimento da agricultura familiar, a promoção da alimentação adequada e a regulação do ambiente alimentar são passos centrais.

Conclui-se que a soberania alimentar deve ser reconhecida não apenas como direito, mas como estratégia para o desenvolvimento rural sustentável, a promoção da saúde e a redução das desigualdades. Ao assumir esse compromisso como eixo de Estado, com participação social e continuidade de políticas, o país avança na construção de um futuro mais justo, saudável e sustentável para as próximas gerações.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN e institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, 2006.

CAINELLI, E. C. et al. Consumo de alimentos ultraprocessados por crianças e fatores associados. *Einstein* (São Paulo), v. 19, eAO5554, 2021. DOI: 10.31744/einstein_journal/2021AO5554.

CONSEA. Construção do Sistema e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: a experiência brasileira. Brasília: Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2009/2010.

FAO. Food Security and International Trade: Unpacking Disputed Narratives. Rome: FAO, 2015. Recuperado em 13 de dezembro de 2019, de: <http://www.fao.org/3/a-i5160e.pdf>

FAO. The State of Food Insecurity in the World 2020. Rome: FAO, 2020. Recuperado em 14 de dezembro de 2020, de: <http://www.fao.org/publications/sofi/2020>

GODFRAY, H. C. J. et al. Food Security: The Challenge of Feeding 9 Billion People. *Science*, v. 327, n. 5967, p. 812–818, 2010. DOI: 10.1126/science.1185383.

IDEC. Revisão de Literatura: os sistemas alimentares no Brasil. São Paulo: Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, 2021.

MACHADO, M. V. et al. Segurança alimentar e liberalização comercial do mercado de alimentos: uma revisão sistemática. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 61, n. 3, e256624, 2023. DOI: 10.1590/1806-9479.2022.256624.

SANTOS, L. M. P. et al. O Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégia de promoção da saúde e da alimentação saudável. 2007.

WITTMAN, H.; BLES, J. Food sovereignty and Fome Zero: connecting public food procurement to sustainable rural development in Brazil. *Journal of Agrarian Change*, v. 17, p. 81–105, 2017.